

ATA da VII Reunião Ordinária do Comitê Gestor da PNGTAQ (CG-PNGTAQ)

Datas: 12 a 14 de maio de 2026

Local: Brasília, DF

I. Mesa de apresentações e informes institucionais

Rodada de apresentação e saudação à CONAQ por seu aniversário de 30 anos

1. Presentes

1. Ronaldo dos Santos – Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial (SQPT/MIR)
2. Fabiano Bechelany - Diretor de Políticas para Quilombolas e Ciganos da SQPT/MIR
3. Caio Mota – Coordenador de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola da Diretoria de Políticas para Quilombolas e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial (MIR)
4. Francinete Pereira da Cruz – Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos (SQPT) do MIR
5. Edna Correia de Oliveira – representante quilombola da região Sudeste
6. Iolanda Ferreira da Silva – representante quilombola da região Centro-Oeste
7. José Alex Borges Mendes – representante quilombola da região Sul
8. Raimundo Hilário Seabra de Moraes – representante quilombola da região Norte
9. Célia Cristina da Silva Pinto – representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
10. Eliane Creuza dos Santos Silva – representante quilombola da região Nordeste
11. Mário dos Santos Campos Júnior – representante quilombola da região Nordeste
12. Queila Costa Couto – representante quilombola da região Norte
13. Francileia Paula de Castro – representante da CONAQ
14. André Carlos Schiessl – representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
15. Isabela Cruz – representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
16. Luis Antonio de Oliveira – representante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
17. Claudia Sala de Pinho, representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
18. Clélia Mara – representante do Ministério da Educação (MEC)
19. Eduardo Fernandes de Araújo – representante do Ministério da Educação (MEC)
20. Páscoa Sarmiento – representante do Ministério da Educação (MEC)
21. Shaiane Vargas – representante do Ministério da Cultura (MinC)
22. Daniella Ziller Arruda Karagiannis (Banco Mundial)
23. Mariana Santos – gerente de portfólio do Funbio
24. Andrea Mello – gerente de projetos do Funbio
25. Manoel Serrão – superintendente de Programas do Funbio
26. Rodrigo Esteves – assessor de gabinete da SQPT/MIR

- 27. Paulo Henrique Passos – estagiário da SESAN/MDS
- 28. Jaqueline – apoio administrativo do MIR
- 29. Rosa Peralta – consultora da GIZ
- 30. Thaís Mamede – doutoranda no Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB

2. Apresentações institucionais e informes ministeriais

2.1 Informes do Ministério da Igualdade Racial (MIR)

Os informes foram apresentados por Ronaldo dos Santos, Secretário da SQPT/MIR, e Fabiano Bechelany, Diretor de Políticas para Quilombolas e Ciganos da SQPT/MIR

Entregas previstas para este ano:

- Formação técnica na elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PGTAQs): em parceria com a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF). A previsão é de iniciar ainda este ano, com a primeira turma em Petrolina, com estudantes do Piauí, Bahia e Pernambuco, em regime de alternância. Vagas para 40 quilombolas que terão subsídios.
- Cartilha com orientação técnica sobre a elaboração de PGTAQs. Cartilha é destinada a comunidades quilombolas, universidades, prefeituras, entre outras partes interessadas. Trata-se de um acordo de cooperação técnica com a Unilab/Ceará, com recursos de diferentes fontes, inclusive da Universidade de Manchester, do Reino Unido. O projeto também prevê a realização de um seminário com foco na Amazônia, mas a proposta é de âmbito nacional. Será realizado na sede do ICMBio, nos dias 18 e 19 de junho.
- Portal da PNGTAQ: constitui um painel de acesso público da política em parceria com o PNUD. Contará com um banco de dados dos PGTAQs, com indicadores para monitoramento e avaliação dos impactos dos primeiros planos. O termo de referência será aberto para instituições públicas em breve.
- Fundo da PNGTAQ: mecanismo sendo construído por meio da parceria com o Banco Mundial e o Funbio.

Também em parceria com o PNUD, serão contratadas consultorias para os seguintes estudos:

- Histórico da regularização fundiária de territórios quilombolas: terá como foco principal o orçamento destinado a esses processos.
- Impactos de projetos de transição energética nas cinco regiões do Brasil.
- Consultorias sobre principais desafios e oportunidades das Convenções da ONU sobre Clima, Diversidade Biológica e Combate à Desertificação.
- Consultoria Quilombo das Américas. Uma articulação das comunidades afro-urbanas da América Latina, com foco em sistemas agrícolas e segurança alimentar. A expectativa também é de levar a experiência da PNGTAQ para outros países.

Outros informes:

- O Naturezas Quilombolas segue em fase de conclusão, mas a perspectiva é de que os editais Raízes e Sementes sejam abertos ainda este ano.
- Em dezembro de 2025, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADPF 973, que reconhece a existência de racismo estrutural no Brasil, o que impõe obrigações ao Estado e amplia a responsabilidade do Ministério da Igualdade Racial (MIR) na formulação de respostas institucionais. O Governo Federal deverá apresentar, em até dois meses, um programa de ações, incluindo revisão do Plano Nacional de

Promoção da Igualdade Racial (Planapir) e pactuação interministerial com consulta à CONAQ e outros segmentos. A decisão poderá abrir oportunidades para fortalecer a PNGTAQ como uma das respostas governamentais.

2.2 Apresentação da assessoria do MIR: incidência e integração das agendas socioambientais nacionais e internacionais

Apresentação feita por Rodrigo Esteves, assessor de gabinete da SQPT/MIR, sobre oportunidades de incidência política em espaços internacionais relacionados ao clima, à biodiversidade e ao combate à desertificação, considerando o crescente esforço global de integração entre as três Convenções do Rio — Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

Nesse contexto, o MIR tem fortalecido sua capacidade técnica e política para acompanhar e incidir nesses fóruns nacionais e internacionais, por meio de assessoria especializada e formação de lideranças (Kala Tukula). O objetivo é ampliar a qualificação de quilombolas para o diálogo com governos, organismos internacionais e demais atores envolvidos na formulação e implementação de políticas socioambientais e climáticas, em um ano em que haverá Conferência das Partes (COPs) das três Convenções e em que o Brasil ainda assume a presidência.

Discussão:

O Secretário da SQPT apontou que é fundamental consolidar a PNGTAQ como uma política que não está descolada das pautas de clima, de biodiversidade e combate à desertificação. O programa de formação Kala Tukula da secretaria se mostrou uma estratégia exitosa em 2025 e, portanto, seguirá em 2026, com ao menos cinco representações quilombolas indo para a Pré-COP de Bonn em junho.

2.3 Estruturação do Fundo Quilombola para a PNGTAQ

O Fundo Quilombola será coordenado de forma compartilhada entre o MIR, o MDA e o MMA, com o Banco Mundial como responsável pelo seu financiamento e supervisão, enquanto o Funbio será a agência implementadora. O contar com US\$ 4 milhões em recursos do Green Climate Fund (GCF).

Iniciará com quatro (4) projetos-piloto na Amazônia Legal, com potencial para alavancar novos financiamentos destinados a outros biomas.

O Fundo deverá ser concebido como um mecanismo simples e acessível, mas capaz de responder à diversidade de realidades e necessidades das comunidades quilombolas e da PNGTAQ. Ressaltou-se que diferentes fundos podem coexistir de forma complementar, sem concorrência entre si, como o Fundo Vituke, da CONAQ; o Fundo Mizizi Dudu, da Malungu; e outras iniciativas com diferentes finalidades e estratégias de atuação.

Está prevista a contratação de consultorias especializadas para identificar potenciais fontes de financiamento; definir prioridades de investimento; mapear possibilidades e limitações para aplicação dos recursos; e propor mecanismos de governança próprios para o Fundo.

Discussão:

Questionou-se como o Funbio pretende operacionalizar os recursos junto às organizações quilombolas, considerando que diversas comunidades da Amazônia Legal já vêm desenvolvendo PGTAQs.

Em resposta, foi destacado que a implementação do Fundo somente será possível em parceria com as organizações quilombolas. Esclareceu-se, contudo, que os recursos provenientes do Banco Mundial possuem regras específicas e poderão financiar principalmente contratações, bens e serviços, sendo necessário compatibilizar essas exigências com as dinâmicas dos territórios. Foi mencionada a intenção de dialogar de forma transparente sobre os limites impostos pelos financiadores, mas o fundo eventualmente poderia ser destinado à regularização fundiária de territórios, desintrusão e/ou produção de peças, como o RTID, além de serviços de ATER.

Representantes do Banco Mundial e Funbio também ressaltaram que o CG-PNGTAQ deverá exercer papel consultivo durante todo o processo, sendo incentivada sua participação permanente nas etapas de engajamento, diálogo e oficinas de construção do Fundo.

Destacou-se a importância de ampliar capacidades técnicas das próprias organizações quilombolas, por meio de fortalecimento institucional, da constituição de equipes especializadas e da participação em espaços estratégicos de debate.

Defendeu-se que o Fundo também considere fortalecer redes quilombolas e o apoio à incidência política internacional, além de financiar projetos territoriais. Foi lembrado que muitas das pautas estratégicas do movimento já estão suficientemente debatidas e que, em muitos casos, o principal desafio é garantir recursos para sua execução.

Foi levantada a questão sobre o alcance do mecanismo financeiro: se o Fundo deverá apoiar prioritariamente outros fundos comunitários ou financiar diretamente comunidades e organizações quilombolas. Foi reconhecido que será necessário estabelecer prioridades estratégicas e definir em quais tipos de apoio o mecanismo poderá gerar maior impacto para a implementação da PNGTAQ.

2.4 Informes do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

A Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais (DPCT/MMA), Claudia Sala de Pinho, saudou a CONAQ pelos seus 30 anos e reafirmou, em nome da Secretária Nacional Edel Moraes, o compromisso da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT) com a implementação da PNGTAQ.

Em seus informes, apresentou iniciativas voltadas ao fortalecimento de PCTs, destacando termos de colaboração em execução que somam cerca de R\$ 8 milhões para inclusão produtiva e desenvolvimento territorial e ambiental. Entre eles, mencionou projetos desenvolvidos no Mosaico Sertão-Veredas do Peruaçu (MG), no território Kalunga (GO) e Cariongo (MA), incluindo a elaboração de PGTAQs e o fortalecimento de cadeias produtivas locais.

Informou ainda sobre a execução de 40 projetos no âmbito do Programa Floresta+, com investimentos aproximados de R\$ 33 milhões na Amazônia Legal, incluindo ações em 12 territórios quilombolas.

A Diretora também apresentou avanços na estratégia de destinação de florestas públicas federais, que atualmente contempla mais de 400 territórios em fase de diagnóstico na Amazônia Legal.

No campo da formação, destacou a realização da primeira edição do curso de Diplomacia Popular, que contou com a participação de representantes de povos e comunidades tradicionais, incluindo mulheres quilombolas.

Por fim, informou sobre o fortalecimento da atuação da Secretaria em agendas internacionais relacionadas à biodiversidade, desertificação e espécies migratórias, ressaltando a importância da participação qualificada dos PCTs nesses espaços e a necessidade de ampliar sua incidência na construção de conceitos, instrumentos e mecanismos de financiamento voltados à proteção dos territórios tradicionais. Também destacou o acompanhamento do Tropical Forest Forever Facility (TFFF) como potencial fonte de financiamento para políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais.

Discussão:

Membros do CG-PNGTAQ destacaram a importância de fortalecer a articulação entre o MMA, o MIR e o MDA, especialmente na qualificação da participação quilombola nas COPs e nas discussões sobre temas, como a bioeconomia.

Foi ressaltado que, na COP da Convenção de Combate à Desertificação, é fundamental assegurar a participação efetiva das populações diretamente afetadas pelos processos de degradação da terra.

Há preocupação em disseminar e incorporar conhecimentos e materiais produzidos pelo movimento quilombola nos processos de diplomacia e incidência internacional, como os do Coletivo de Mulheres da CONAQ, que desenvolveu uma formação baseada em dados produzidos pelo próprio movimento quilombola, elaborando uma matriz sobre mulheres quilombolas e clima.

Foram ainda destacadas outras frentes de engajamento internacional consideradas estratégicas para ampliar a participação dos povos e comunidades tradicionais, entre elas o Círculo Global de Povos e Comunidades Tradicionais, criado no âmbito da presidência brasileira da COP, e o Caucus Global de Povos Indígenas e Comunidades Locais.

2.5 Informes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

O Assessor Técnico da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS (SESAN/MDS), Luiz Antônio de Oliveira, apresentou o organograma da secretaria e suas respectivas ações que estão previstas no Plano Plurianual (PPA), destacando a existência de uma assessoria voltada aos PCTs.

A seguir, detalhou os programas da SESAN:

1) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Em 2023, houve a retomada do PAA e a criação do PAA Quilombola, com quilombolas entre fornecedores e recebedores de alimentos.

Via Termo de Adesão, CONAB e PAA Leite: com presença mais forte no Nordeste, Norte e Sudeste do Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Nessa ação, 4.371 quilombolas forneceram alimentos ao PAA em 388 municípios.

Total pactuado 2023-2025: R\$ 42 milhões. No final de 2025, novas pactuações específicas para PCTs, incluindo os situados em Unidades de Conservação Federais (UCs). Provavelmente há comunidades quilombolas nesse grupo.

2) Programa Cisternas: PCTs são públicos prioritários. Até fevereiro de 2026 foram beneficiadas 35.343 famílias quilombolas (94.279 pessoas). Em 2024, foram firmadas parcerias com os governos estaduais dos 9 estados do semiárido no valor global de R\$ 400 milhões.

- 3) Fomento Rural: Recurso desburocratizado, de R\$ 5 mil, mas ainda escasso devido a limites orçamentários. Atendeu mais de 25 mil famílias quilombolas desde 2012.
- 4) Programa cozinha solidária: Cozinhas que atendem PCTs são priorizadas. A maioria são geridas por mulheres negras, sendo 56 organizadas por comunidades quilombolas. Valor repassado às Cozinhas Solidárias Quilombolas: R\$1.108.608,00
- 5) Cozinha tradicional: Trata-se de um novo equipamento em construção. Uma consultoria foi contratada para elaborar documento técnico. Previsão de entrega dos produtos em novembro de 2026.
- 6) Agricultura Urbana e Periurbana: estratégia para PCTs inclui implantação de 300 unidades do Sisteminha com a Embrapa.
- 7) Elaboração de Cartilha “Diretrizes para o atendimento de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais em Programas de Segurança Alimentar e Nutricional” como boa referência.

Discussão:

O ideal é que o fomento rural fosse de R\$10 mil, sendo acompanhado de outras políticas, como o Selo Quilombola ou anteceder o PAA, por exemplo.

Necessidade de mudar critérios para ampliar o número de famílias elegíveis. Também se apontou o problema da dificuldade de atualizar a inscrição no CADÚnico.

Considerou-se baixo o número de comunidades quilombolas que acessam o PAA depois de 23 anos de sua criação. Também foi mencionada a necessidade da criação de uma ATER Quilombola.

2.6 Informes do Ministério da Educação (MEC)

Os informes foram feitos por Clélia Mara, diretora de Políticas de Educação Étnico-Raciais e Educação Quilombola do MEC e titular do MEC no CG-PNGTAQ, e Páscoa Sarmento, liderança quilombola do Pará, que assumiu a Coordenação de Projetos da Coordenação Geral de Educação Escolar Quilombola (CGEEQ), dentro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), substituindo o professor Eduardo Fernandes, membro suplente do CG-PNGTAQ.

Em 2026, comemora-se o segundo ano da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), vinculada à SECADI, com o objetivo de criar uma rede de colaboração para a superação do racismo no ambiente escolar e garantia do direito à educação de todas as pessoas.

A PNEERQ, que só foi estruturada e teve orçamento em 2024, conta com uma Comissão Nacional, a CONEEQ, com 10 representantes quilombolas. Em 2024, foram estabelecidas parcerias com universidades para a oferta de cursos de educação continuada, para suprir a demanda por professores qualificados na educação básica.

O primeiro passo foi estruturar e garantir recursos para a formação nas universidades e institutos federais, efetivando 24 cursos de graduação. Já o segundo passo foi garantir centros de referência de educação quilombola para formar professores para atuar nesse contexto. Em 2024, foram destinados R\$10 milhões.

Os cursos precisavam ser ofertados nos territórios para evitar evasão. Antes, das 100 pessoas participantes, apenas 60 concluíam.

Hoje há 13 cursos de aperfeiçoamento em universidades em todas as regiões. Para 2026, 28 propostas de cursos de formação em processo de avaliação e implementação nas universidades.

Foi destacado que diagnósticos recentes evidenciam desafios significativos relacionados à infraestrutura das escolas quilombolas, às desigualdades raciais na aprendizagem e aos índices de analfabetismo em comunidades quilombolas, reforçando a necessidade de ampliar a qualidade e a equidade da oferta educacional.

Informou-se que, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Governo Federal pactuou a construção de 48 escolas, priorizando territórios identificados por dados do IBGE e diagnósticos de maior precariedade, com o objetivo de promover maior equidade no acesso à infraestrutura educacional.

Também foi destacada a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE), que prevê recursos diferenciados para escolas quilombolas, buscando fortalecer suas condições de funcionamento. Os representantes do MEC ressaltaram que será conduzido um novo diagnóstico, diante da necessidade de aprimorar a produção de dados e indicadores sobre educação escolar quilombola, observando que ainda existem limitações nos sistemas de coleta de informações.

Discussão:

Membros do CG-PNGTAQ relataram baixa adesão dos municípios à PNEERQ. Em resposta, foi informado que existe um formulário que a SECADI encaminha a todas as secretarias. Há esforços para a sensibilização dos secretários escolares, embora a adesão ocorra de forma voluntária no âmbito do pacto federativo.

Também foi relatado que o PNAE não tem chegado à base, tendo como principais gargalos os gestores das escolas, que acabam não comprando alimentos de quilombolas.

Destacou-se a importância da participação do MEC no CG-PNGTAQ, considerando as interfaces entre o PNAE, a PNEERQ e a PNGTAQ. Para além do acesso ao PNAE, há o eixo de formação, que ultrapassa o ambiente escolar e dialoga com a gestão territorial e comunitária.

Nesse sentido, foi ressaltada a relevância da integração com os Grupos de Trabalho do Comitê, em especial os que tratam de sistemas alimentares e formação, sendo sugerida a participação de representantes do MEC nesses espaços.

2.7 Informes do Ministério da Cultura (MinC)

Shaiane Vargas, da Assessoria de Participação Social e Diversidade, destacou que, para além da FCP e do IPHAN comporem o CG-PNGTAQ, o MinC tem atuação conjunta com o MIR no Programa Aquilomba e na iniciativa Rotas Negras.

Informou que, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), o MinC tem promovido medidas para ampliar o acesso de comunidades quilombolas aos recursos, incluindo a adoção de cotas, bonificações, busca ativa e editais simplificados, com resultados positivos nos municípios.

Também apresentou o Caderno Cultura Negra Viva, voltado à divulgação das ações de implementação da política Cultura Viva para a população negra, e informou que está em andamento um Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Nacional de Culturas Tradicionais e Populares.

Entre outras iniciativas, destacou a parceria entre a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Ministério das Comunicações e o MinC no eixo Afrodigital, voltada à distribuição de equipamentos para pontos de cultura consolidados e outros espaços comunitários, com o objetivo de fortalecer a conectividade e a valorização das comunidades. Por fim, informou que o projeto sobre propriedade intelectual de mulheres quilombolas, destinado à proteção dos conhecimentos tradicionais, encontra-se em fase de reelaboração.

Discussão:

Mais uma vez destacou-se a importância de uma participação mais ativa de todos os ministérios no CG-PNGTAQ. No caso da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do IPHAN, já há demandas dentro dos PGTAQs concluídos. Também é fundamental ter representantes desses ministérios e órgãos nos GTs.

2.8 Informe do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Informe apresentado por Isabela Cruz, Diretora do Departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento, da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ) no MDA.

Isabela apresentou seção do site do MDA com o organograma do ministério. Cada secretaria tem uma competência, sendo que tanto a Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ) quanto a Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT) precisam atender todos os segmentos de PCTs.

Indicou que também é possível verificar a agenda dos servidores e sua disponibilidade e que muitas ações são mais bem acompanhadas pelos sites e redes sociais.

Como oportunidades, indicou recursos substanciais para feiras (submissão via formulário), Selo Quilombola e maior incidência dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), no qual a CONAQ tem representantes que podem enviar ofício solicitando informações específicas sobre editais. Afinal, a própria escrita dos editais começa nos conselhos.

Sobre os processos de regularização fundiária, informou que a SETEQ não é responsável pelos processos em si, mas pode ajudar com a produção de peças. Por exemplo, por meio de TEDs com Institutos Federais (IFs), é possível fazer o georreferenciamento dos territórios, que é um componente que costuma custar caro quando feito com instituições privadas.

Sobre a construção de serviços de ATER Quilombola, sugeriu conversar com a ANATER, inclusive sobre cooperativas e outras formas de associação quilombola.

Outros programas sob a pasta do MDA:

PAA; Programa de Crédito Fundiário; Programa de Habitação Rural; Selo Quilombola; Programa de Apoio e Fortalecimento do Etnodesenvolvimento (PAFE). O PAFE inclui ações de acesso a crédito, selos de

origem da produção, financiamento e assistência técnica, promoção do associativismo e cooperativismo, além de processos de formação e disseminação de conhecimento e gestão para grupos produtivos.

Para acessar essas e outras políticas públicas do MDA, é preciso diálogo com superintendentes estaduais, inserção nos conselhos municipais, estaduais, territoriais e construir dados para evidenciar o trabalho e apresentar de direta as demandas dos territórios.

Discussão:

Sobre os processos de regularização fundiária, alguns membros do CG-PNGTAQ apontaram a necessidade de retomar iniciativas anteriores de formar as comunidades sobre o passo a passo dos processos e também obter informações sobre os valores que o INCRA empenha em cada etapa até chegar à titulação.

Membros do CG-PNGTAQ relataram dificuldade de acessar créditos devido a obstáculos impostos pelos bancos. Seria importante que o ministério interviesse de alguma forma.

Além disso, seria providencial produzir estudos que superassem a visão de que a produção quilombola é pequena, apenas para subsistência e que não tem capacidade organizativa. A invisibilidade e a falta de reconhecimento do potencial da agricultura quilombola dificultam o acesso a recursos produtivos.

Isabela informou que o MDA poderia recepcionar projetos de produção de diagnósticos que comprovassem o potencial da agricultura familiar quilombola, sem a necessidade de edital. Os próprios quilombolas poderiam oferecer consultorias para produzir esses estudos, a exemplo do conduzido pela CONAQ para alguns estados, mas que é pouco conhecido.

Sobre as diferentes demandas, apontou que devem ser condizentes com o escopo de cada secretaria.

2.9 Apresentação do Projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental Quilombola na Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga

Célia Pinto, representante do movimento nacional quilombola no CG-PNGTAQ, apresentou os resultados do projeto financiado pela Rights and Resources Initiative (RRI), abrangendo 17 territórios quilombolas em 11 estados.

Relatou que o projeto foi totalmente construído e executado por quilombolas, tendo dois membros do CG-PNGTAQ, Iolanda e José Alex, como agentes territoriais. Informou que nem todas as comunidades conseguiram estruturar suas matrizes de implementação, mas que a CONAQ já está buscando a continuidade do projeto.

Entre os componentes do projeto, a elaboração de etnomapas, o fortalecimento da gestão das associações e oficinas com pessoas mais velhas e juventudes quilombolas, assim como desenvolvimento de capacidades em comunicação. Serviços de ATER serão oferecidos para aquelas comunidades que assim demandaram

Discussão:

Para José Alex, representante da sociedade civil da Região Sul no CG-PNGTAQ, o ponto alto foi o fortalecimento da associação local que, pela primeira vez, pôde regularizar sua situação e abrir uma

conta bancária. Por meio das oficinas do projeto, muitas pessoas conseguiram também sua inscrição como Microempreendedor Individual (MEI) e emitir DARFs sem pagar terceiros.

Iolanda, representante da sociedade civil da Região Centro-Oeste no CG-PNGTAQ, também relatou que houve muitos avanços nas comunidades que acompanhou: Mata Cavalo de Cima, que conseguiu formalizar a associação de mulheres, e Mutuca, principalmente com a juventude. A expectativa é que o projeto seja estendido e que contemple todas as seis comunidades de Mata Cavalo.

Identificou-se também a necessidade de formação para a adaptação dos estatutos ao novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), de modo que prevejam captação de recursos, venda de produtos, parcerias com institutos de pesquisa, etc., sem perder a condição de associação sem fins lucrativos.

Em termos dos sistemas produtivos, surgiram várias propostas e projetos, incluindo a implementação de novas tecnologias para enfrentar as mudanças climáticas.

II. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior

Após ajustes pontuais, a ata da reunião anterior foi aprovada por todos os membros do CG-PNGTAQ.

III. Grupos de Trabalho

GT 1 – Estratégia de Financiamento e Articulação Interministerial e Interfederativa (todos os Eixos)

Naturezas Quilombolas – a previsão é de que até o final de maio seja feito o diálogo com Professor Lidio/Fundação Guamá sobre o projeto. A ideia é que a equipe da Fundação Guamá faça uma apresentação do projeto para o CG-PNGTAQ na reunião de agosto.

A Secretaria Executiva do CG-PNGTAQ deverá encaminhar ofícios aos diferentes ministérios para que indiquem uma pessoa para compor o GT 1. Outro ofício seria para que informem sobre valores em seu orçamento para a PNGTAQ. Entre eles, MDA, MMA, MEC e MDS, que detêm mais recursos orçamentários. A ideia é que participem da reunião de agosto do CG-PNGTAQ. Considerar apoio de alguma instituição de pesquisa que conduza estudos sobre orçamento público.

Sobre outras fontes de financiamento:

Mencionou-se a necessidade de pesquisar sobre o ICMS Verde, em que recursos são destinados aos municípios. O CG-PNGTAQ poderia fazer incidência para que parte desses recursos fosse para financiar a elaboração de PGTAQs ou sua implementação. A consultora da GIZ, Rosa, prontificou-se a realizar uma pesquisa preliminar.

Fran Paula mencionou que o Ministério Público Federal (MPF) mantém um banco de projetos. Ela sugeriu contatar o procurador Marco Antônio Delfino, da Câmara Técnica de Agroecologia, para que o CG-PNGTAQ possa averiguar possíveis apoios.

O Fundo de Reparação, que prevê R\$20 bilhões em 20 anos para a promoção da Igualdade Racial, poderá ser outra fonte quando aprovado.

Seria importante verificar possibilidade de recursos de estados ou municípios para financiar PGTAQs. José Alex informou que poderia fazer esse levantamento no Rio Grande do Sul.

Buscar conversas com as filantropias para financiarem alguns PGTAQs. Além disso, a PNGTAQ poderia ser incluída na CONAREDD+, uma vez que os recursos são destinados a projetos de REDD+ jurisdicionais.

Outra proposta seria que as multas por desmatamento fossem direcionadas para a elaboração de PGTAQs.

Sobre o mapeamento das adesões à PNGTAQ de estados e municípios, Caio do MIR informou que foram 18 ao todo. Pensar em estratégia para seguir obtendo adesões, mas ter em mente o defeso eleitoral. No caso do Ceará, por exemplo, o governador aderiu e manifestou interesse em facilitar a adesão de seu município.

GT 2 – Integridade territorial, usos, manejo e conservação ambiental com ancestralidade, identidade e patrimônio cultural (Eixos I e III)

Continua pendente a apresentação por parte do ICMBio sobre as sobreposições de UCs a territórios quilombolas. A Secretaria Executiva do CG-PNGTAQ oficiou o ICMBio, que informou que a equipe técnica já está trabalhando para construir esse levantamento. Importante que seja concluído antes Aquilomba Chico em novembro.

Outra discussão é sobre o CCDRU. Na reunião anterior, em Januária, o encaminhamento foi de haver um espaço de debate sobre esse instrumento de regularização fundiária de quilombos dentro de UCs. Também seria importante haver esse debate antes do Aquilomba Chico, mas pode ser realizado na reunião de agosto, no Pará.

Algumas ações do GT 2 estão conectadas ao GT 4, a saber:

Elaborar uma formação, algo como um letramento étnico-racial, para agentes ambientais. Importante que GT 2 e GT4 definam a metodologia em conjunto, assim como cronograma e identificação dos órgãos ambientais que passarão por essa formação.

Também seria importante que o GT 2 e GT 4 colaborem para elaborar protocolos (ou diretrizes) para a construção de PGTAQs, embora a parceria entre o MIR e a UNILAB esteja construindo uma cartilha que será compartilhada com o CG-PNGTAQ.

O projeto TERAQ, da UNILAB, também prevê oficinas nos sete estados da Amazônia sobre o componente de gênero na PNGTAQ. As oficinas já ocorreram no Pará e no Amazonas. No Maranhão será provavelmente depois de 20 de junho. Outros estados ainda não agendaram.

GT 3 – Produção sustentável e geração de renda, soberania alimentar e segurança nutricional (Eixo II)

Ajustes na redação do plano de ação para levantar informações sobre acesso ao PAA e PNAE. Novo integrante, Luis Antonio do MDS.

Caio informou que, como solicitado pelo grupo, a Secretaria Executiva do CG-PNGTAQ já enviou ofícios para a CONAB e o FNDE, que acusaram recebimento, mas ainda não retornaram com as informações. Identificar a quais outros órgãos devem enviar ofícios para seguir na coleta de dados e incidência.

ATER Quilombola: contatar a ANATER para iniciar conversas sobre essa modalidade específica. Outra frente de incidência é reivindicar que quilombolas se formem como profissionais de ATER. Há um grupo na UnB que conduz estudos sobre ATER intercultural que poderia ser contatado como ponto de partida.

Também seria importante aprofundar sobre outras modalidades que podem contratar organizações da sociedade civil para ofertar serviços de assistência rural.

Quanto ao Programa Bolsa Verde do MMA, foi informado que há um gerente novo que pode atualizar o CG-PNGTAQ sobre o número de famílias quilombolas atendidas. Esse gerente talvez pudesse gravar um vídeo para a reunião de agosto. No entanto, já se sabe que não há recurso para novas famílias.

Foi apontada a importância de apresentar a PNGTAQ ao MPF, sobretudo para que o órgão pudesse atuar na pauta ambiental.

Outra iniciativa seria articular uma apresentação do procurador do MPF responsável pelo Catrapovos ao CG-PNGTAQ, com o objetivo de abordar o estágio de implementação da iniciativa nos estados.

GT 4 – Educação, formação e organização social para a gestão territorial e ambiental (Eixos IV e V)

O grupo se dedicou à discussão sobre estratégia para a emissão de CARs, com foco em ampliar a consolidar a modalidade de CAR PCT.

Para tanto, a CONAQ enviará uma circular às organizações quilombolas nos estados com perguntas sobre modalidade do sistema de inscrição, sobre os gargalos na retificação e validação. Com as informações em mãos, poderão convidar o MGI para uma reunião.

O mapeamento de PGTAQs já elaborados e em vias de elaboração também foi tema da pauta. A ideia é discutir mecanismos de monitoramento e avaliação para que daqui a 5, 10 anos, seja possível identificar avanços e gargalos. O GT fará contato com as organizações quilombolas estaduais para realizar esse levantamento.

Outra estratégia seria uma ação coordenada com o MEC para incorporar a PNGTAQ como conteúdo ou na matriz curricular de escolas a universidades.

As diferentes Conferências, como as de Meio Ambiente, ODS, também deveriam incorporar a PNGTAQ como eixo a ser discutido em todas as etapas. Para tanto, é preciso incidir junto à presidência do respectivo conselho.

IV. Encaminhamentos:

- Convidar a Fundação Guamá para a reunião do CG-PNGTAQ, em agosto, no Pará, para apresentar a execução, a governança e os mecanismos de monitoramento do Fundo Naturezas Quilombolas.
- Reforçar a importância da participação dos ministérios integrantes da PNGTAQ na reunião de agosto, para apresentação dos recursos orçamentários destinados à Política e às PGTAQs.
- Solicitar aos ministérios a indicação de representantes para os Grupos de Trabalho do CG-PNGTAQ, de modo a garantir seu funcionamento e avanços nas agendas.

- Articular com a Câmara Técnica de Agroecologia do MPF a possibilidade de acesso a recursos provenientes do Banco de Projetos.
- Convidar representante do MPF para apresentar o Catrapovos Brasil ao CG-PNGTAQ, preferencialmente na reunião de agosto. Pode haver reunião anterior com o GT 3, de forma virtual.
- Dialogar com lideranças quilombolas integrantes da CONDRAF sobre agendas de incidência relacionadas à PNGTAQ.
- Iniciar diálogo com a ANATER sobre a construção de uma estratégia de ATER Quilombola e sobre o mapeamento de cooperativas quilombolas e oportunidades de comercialização de seus produtos.
- Articular com o MDS ações de divulgação para atualização do CadÚnico, com atenção à correta identificação da população quilombola.
- Dar continuidade às discussões com o MDS para ampliação do orçamento do Programa Fomento Rural e revisão dos critérios de elegibilidade, visando ampliar o atendimento às famílias quilombolas. Debate pode seguir no âmbito do GT 3.
- Identificar demandas de formação para comunidades quilombolas sobre regularização fundiária e adequação de estatutos ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), contemplando aspectos relacionados à captação de recursos, comercialização de produtos e parcerias institucionais.
- Elaborar conteúdo e metodologia de formação de agentes ambientais nos órgãos municipais, estaduais e federais. Ação conjunta do GT 2 e GT 4.
- Pendente vídeo da FCP sobre processo de certificação segundo nova normativa.
- Solicitar ao Incra informações sobre os recursos empenhados em cada etapa dos processos de titulação de territórios quilombolas.
- Realizar acompanhamento junto ao MGI sobre a resposta ao ofício da Secretaria-Executiva do CG-PNGTAQ referente ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Povos e Comunidades Tradicionais, considerando que as informações sobre a modalidade PCT permanecem insuficientes.
- Acompanhar o retorno da CONAB e do FNDE aos ofícios encaminhados.
- Solicitar à Fundação Cultural Palmares sobre contatos das organizações quilombolas estaduais para acompanhamento de novas certificações.
- Convidar o ICMBio para apresentar ao CG-PNGTAQ os instrumentos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) aplicáveis a territórios quilombolas inseridos em UCs de proteção integral, preferencialmente antes do Aquilomba Chico, previsto para novembro.
- Avaliar a possibilidade de apoio de instituição de pesquisa para subsidiar estudos sobre orçamento público voltados à PNGTAQ.
- Solicitar ao MMA informações sobre o número de famílias quilombolas atendidas pelo Programa Bolsa Verde.
- Elaborar carta do CG-PNGTAQ se posicionando no caso de Cachoeira Porteira (PA).